



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Doutoramento em Direito
Especialidade de Ciências Jurídico-Políticas

Unidade curricular

Direito Administrativo A
Administração eletrónica, digitalização e direitos dos cidadãos

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Alexandra Ludomila Ribeiro Fernandes Leitão – 80 horas TP

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Tema: Administração eletrónica, digitalização e direitos dos cidadãos

O tema da unidade curricular são as novas formas de atuação administrativa, assentes na tecnologia e na digitalização de procedimentos, e as suas implicações sobre os direitos dos particulares que se relacionam com a Administração, quer no quadro das garantias procedimentais, quer das garantias contenciosas. Questões como a interoperabilidade e a interconexão de dados entre entidades públicas, a proteção de dados, incluindo o seu armazenamento, partilha e reutilização, a utilização de biometria, os sistemas cloud, a utilização de algoritmos e da inteligência artificial na tomada de decisão administrativa, os atos administrativos eletrónicos e a sua sindicabilidade judicial são matérias que introduzem um conjunto de questões novas e de elevada complexidade que justificam uma abordagem científica da perspetiva do Direito Público e, em especial, do Direito Administrativo.

Analisar-se-á também os ganhos de eficiência e eficácia que a digitalização da Administração acarretará, permitindo mais sinergias, maior celeridade de procedimentos, e uma execução mais eficaz e rigorosa.

Conteúdos programáticos

1. Administração eletrónica: conceito
2. Administração eletrónica, e-government e Administração global
3. Modernização da Administração Pública: entre a simplificação e a digitalização
4. Princípios aplicáveis à Administração eletrónica: enquadramento constitucional e legal
5. Interoperabilidade, interconexão e reutilização de dados: entre a eficiência e a garantia dos direitos dos cidadãos
6. Acessibilidade e inclusão na Administração multicanal
7. A utilização da tecnologia na tomada de decisão administrativa: em especial, os algoritmos e a inteligência artificial



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

8. Procedimento administrativo e Administração eletrónica
9. O ato administrativo eletrónico
10. A contratação pública eletrónica
11. O controlo judicial da Administração Pública eletrónica
12. Administração eletrónica e reforma da Administração Pública

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O principal objetivo da disciplina consiste numa abordagem jusadministrativista à matéria da Administração eletrónica e dos novos e complexos problemas que a digitalização acarreta para o procedimento administrativo, para a garantia dos direitos dos cidadãos, para a tomada de decisão administrativa, para a sua sindicabilidade graciosa e contenciosa. Aspetos como a interoperabilidade e a interconexão de dados, a proteção dos cidadãos face aos dados pessoais informatizados, a Administração omnicanal e a inclusão e a acessibilidade serão analisadas de acordo com a ciência jurídica e a dogmática do Direito Público.

Analisar-se-á também o papel da utilização das novas tecnologias na reforma da Administração Pública, numa ótica de política pública.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas seguirão um modelo interativo, incentivando-se os alunos a participar. Para o efeito, será indicado um conjunto de leituras a efetuar para cada aula, designadamente de elementos bibliográficos e jurisprudenciais. Procurar-se-á promover a discussão e a análise crítica dos elementos previamente estudados.

Em algumas aulas poderão ser convidados a participar peritos nas matérias tratadas.

Ao longo do ano, os estudantes serão também convocados a realizar uma revisão crítica de uma obra indicada pelo regente e, posteriormente, a aprofundar um tema, apresentando-o em aula, que constituirá o relatório final de doutoramento.

A avaliação assenta nos seguintes elementos:

- Participação nas aulas, intervenção em debates e revisão de uma obra (25%);
- Apresentação oral de um relatório sobre tema do programa (25%);
- Relatório escrito sobre tema do programa (50%).

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Tratando-se de uma unidade curricular do 3.º ciclo, é fundamental que os alunos desenvolvam as competências necessárias para pensar criticamente, elaborar dogmática e cientificamente sobre os temas propostos e, posteriormente, obter o grau de doutor.

Por isso, a elaboração da revisão de uma obra, bem como de um relatório escrito sobre um tema do programa escolhido pelo estudante assumem uma relevância fundamental para a formação e avaliação dos alunos, na medida em que permitem desenvolver a sua capacidade analítica e de realização de trabalho científico. Este relatório pode ser, se esse for o entendimento do estudante,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

uma projeção do que poderá ser o trabalho final de doutoramento e, se for outra a opção, é sempre um elemento fundamental para testar o domínio desta área jurídica e para desenvolver e demonstrar a capacidade de investigação do aluno.

Bibliografia principal

(a bibliografia específica para tratamento de cada tema será indicada durante as aulas)

AAVV - Electronic Government - 20th IFIP WG 8.5 International Conference, EGOV 2021, Spain, 2021

Antunes, Henrique – Direito e inteligência artificial, Lisboa, 2020

Brown, David - Electronic government and public administration, in International Review of Administrative Sciences, 2005

Calado, Diogo e Serrão, Tiago - Apontamentos sobre a utilização de plataformas eletrónicas de mensagens instantâneas, pela Administração Pública e pelos interessados, in Cadernos de Justiça Administrativa, setembro-outubro, n.º 131, 2018

Calvão, Filipa Urbano - Direito da Proteção de Dados Pessoais, Lisboa, 2018

Carneiro, Luís Manuel Lopes - A atuação dos agentes de software: o consentimento informado na proteção de dados pessoais, Braga, 2018

Castro, Catarina Sarmiento e - Direito da informática, privacidade e dados pessoais, Coimbra, 2005

Gonçalves, Pedro - O ato administrativo informático (o Direito administrativo português face à aplicação da informática na decisão administrativa), in Scientia Iuridica Braga, 1997

Gonçalves, Susana Cristina Fernandes, Contratação pública eletrónica: novas exigências à vista da quarta geração de diretivas de 2014 (análise desde os ordenamentos espanhol e português), Vigo, 2019

Jardim, Ana Teresa Ferreira França - Procedimento administrativo eletrónico, Lisboa, 2011

Machado, Cristina da Silva Lopes Navarro - A Decisão administrativa eletrónica a emergência da regulação do procedimento administrativo eletrónico, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2010

Mariano, Bernardo Gomes da Cunha Cura - A Administração eletrónica em Portugal, Porto, 2015

Pratas, Sérgio - Transparência do Estado, Administração aberta e internet, INA, Lisboa, 2013

Report of the European Law Institute, 2022 - Model Rules on Impact Assessment of Algorithmic Decision-Making Systems Used by Public Administration



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Romaniuk, Pawel - Electronic Administration as a factor in the efficient management, development and communication of Public Administration, in International Journal of Contemporary Management, volume 15, number 3, 2016

Roque, Miguel Prata - O Nascimento da Administração eletrónica num espaço transnacional (Breves notas a propósito do projeto de revisão do Código do Procedimento Administrativo), www.e-publica.pt, vol. 1, n.º 1, 2014

- O Procedimento Administrativo Eletrónico, Lisboa, 2015

Rosa, Filomena Gaspar – Administração eletrónica (s)em rede, Lisboa, 2010

Serrão, Tiago - Processo eletrónico e ação administrativa: breves reflexões, Lisboa 2020

Viveiros, Rodrigo Benevides - Os princípios aplicáveis à Administração eletrónica. Reflexos da reforma do CPA e novas tendências do Direito Administrativo, Porto, 2017

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular unit sheet

Course _____

Curricular unit

(maximun 1000 characters)

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

(maximun 100 characters)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Syllabus

(maximun 1000 characters) Insolvency Law

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

(maximun 1000 characters)

Teaching methodologies (including evaluation)

(maximun 1000 characters)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

(maximum 3000 characters)

Main Bibliography

(maximum 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.